



CAMINHOS PARA A ACESSIBILIDADE NO MARANHÃO: A ELABORAÇÃO DO PORTAL DIGITAL PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eduarda Tavares da Silva¹
Jakson dos Santos Ribeiro²

RESUMO

O projeto tem como objetivo elaborar um portal digital para promover a divulgação científica sobre Educação Especial no Maranhão. A proposta emerge a partir do projeto de Iniciação à Tecnologia e Inovação proposto entre a Universidade Estadual do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão. Nessa perspectiva, torna-se relevante utilizar tal iniciativa como uma ferramenta importante no processo de divulgação das produções acadêmicas que estabelecem como ponto de partida reflexões com o intuito de promover uma compreensão dos desafios e práticas da Educação Especial no referido estado. Desse modo, construímos um espaço para que professores/as possam buscar suporte para o desenvolvimento de ações que possibilitem ampliar os debates acerca das questões envolvidas em torno da Educação Especial Inclusiva. Nesse caso, o objetivo do observatório não é só ampliar os horizontes estabelecidos como a promoção de políticas públicas capazes de otimizar melhorias no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, por exemplo, como também colocar em evidência as ausências que acompanham essa temática, expandindo os debates sobre a Educação Especial. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado uma abordagem qualitativa e um levantamento das produções a respeito da Educação Especial no Maranhão, aprofundando a compreensão de grupos sociais e organizações. Durante o processo de construção do site foram compilados o máximo de materiais sobre a temática para definir o designer e as interações da plataforma. Dessa maneira, a plataforma possibilita ampliar a rede de apoio às entidades, órgãos e conselhos para a realização de políticas públicas para que docentes a usem como uma forma de aprimorar suas vivências, mapeando as estratégias desenvolvidas para melhoria da sua prática docente e da Educação Especial no estado.

Palavras-chave: Educação Especial, Plataforma digital, Observatório, Maranhão e Docente.

¹ Graduanda em Licenciatura do curso de História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista pela do PIBITI – FAPEMA da Fundação de Pesquisa do Maranhão – FAPEMA. E-mail: tavaresduardaxz@gmail.com.

² Professor orientador: Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Programa de Pós-Graduação em História MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEMA). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA. Bolsista de produtividade em pesquisa – UEMA – 2021-2022. Diretor do curso de História, Campus Caxias. Professor Adjunto II na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Desenvolvo pesquisa sobre História e Gênero, masculinidades, feminilidades, sexualidades, surdez e sexualidade, História e Imprensa, História e Cidade, História e Literatura, sociabilidades, festas, infância, ensino de história e prática do ensino e questões étnicos raciais.jaksonribeiro@professor.uema.br.

INTRODUÇÃO

A educação, como assegurado na nossa Constituição, é um direito de todos, porém há obstáculos que dificultam que esse direito seja efetivado e todos tenham uma educação digna e acessível, entre todas podemos destacar a falta de acessibilidade de muitas instituições para pessoas com deficiências e limitações. A partir disso, o presente plano de trabalho teve como objetivo construir um espaço que facilite a acessibilidade de pesquisadores e professores a respeito das produções acadêmicas desenvolvidas no estado em prol da construção e ampliação da Educação Inclusiva no estado do Maranhão.

Partindo dessa premissa, acreditamos que o observatório será relevante tanto para o meio acadêmico, como para professores da educação básica e para a facilitação dos debates e políticas públicas a respeito da temática. Neste caso, o intuito do observatório é ampliar os horizontes feitos, mas também colocar em evidência as ausências que acompanham a temática, procurando sempre uma postura de mediação para solucionar os desafios que assolam a Educação Especial no Maranhão. A junção da tecnologia e a Educação Especial fortalecerá o processo de melhoria das estratégias de enfrentamento, além de buscar melhorar as condições de diversos grupos garantindo o processo de busca da igualdade. Enquanto a metodologia, será utilizada uma abordagem qualitativa onde será realizado um levantamento sobre as questões voltadas à Educação Especial no Maranhão aprofundando a compreensão de grupos sociais e organizações. Após a compilação de todos os dados iniciará o projeto para construção da plataforma digital. Por fim, é esperado que a plataforma amplie a rede de apoio de entidades e órgãos, divulgue ações, benefícios e estratégias em torno da Educação Inclusiva no Maranhão.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a realização do trabalho foi constituída de uma abordagem qualitativa, onde realizamos um levantamento das questões voltadas sobre a Educação Especial no Maranhão. Nesse caso, a pesquisa é de natureza qualitativa e não se preocupa com representações numéricas, mas aprofunda a compreensão de grupos sociais, organizações etc. (Silveira; Córdova, 2009).

A compilação dos dados será importante para que se possa apresentar dentro dos recursos tecnológicos atinentes Educação Especial no Estado, pois, após essa fase, realizou-se uma coleta e análise das informações levantadas para proposição de ações na ampliação de



políticas de ação em prol da Educação Especial, envolvendo assim, o uso de recursos tecnológicos para construção do observatório.

Após a compilação dos dados foi ofertada uma capacitação aos bolsistas do projeto para construção da plataforma digital. Nesse caso, as oficinas foram ofertadas por professores da área da computação. Desse modo, as atividades envolvendo a criação da plataforma estavam sendo realizadas de uma forma que possibilita articular os conhecimentos tecnológicos com os parâmetros das questões em torno da plataforma digital (observatório), visto ser o objetivo desta proposta de pesquisa, trazer à tona aprendizagem, com o conhecimento tecnológico.

Em vista das questões formativas estavam sendo realizadas, passo importante da pesquisa, que é a inserção dos dados e objetivos que eles devem alcançar para o desenvolvimento das plataformas digitais (Plataforma Digital - Observatório). Neste caso, foi feito, o uso primeiramente da inserção de um diagrama de caso para uma melhor visualização da aplicação em termos de uso e após o diagrama de caso de uso fizemos uma análise de como foi criada a interface e funções da aplicação. Seguindo os procedimentos de construção da plataforma realizou-se na segunda fase do desenvolvimento. Nesse momento, foi decidido, acerca das questões operacionais quanto à plataforma que eles poderão estar disponíveis para uso.

Além dessas questões básicas, também foram definidos, outros elementos importantes para funcionalidade como por exemplo, a arquitetura do website. Assim, levando em consideração, Definição, Arquitetura, Design, Implementação. Nesse sentido, julgamos como importante, a elaboração de um painel de gerenciamento de informações.

Por isso, foi de suma importância, estabelecer alguns fatores, como por exemplo, uma lista de textos, a inserção de imagens, previamente definidas, as próprias entrevistas acerca dos temas da Educação Especial, cidades, órgãos, os atendimentos, direitos, tipologias das deficiências reconhecidas, os centros de referências e profissionais que são importantes no atendimento ao campo da Educação Especial no Maranhão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Fraga (2014), expõe que a institucionalização para pessoas com deficiência visual desde a Idade Média era caracterizada pelos asilos e hospitais. O ensino por sua vez já era de difícil acesso ou em muitos casos continua sendo, olhando para aquele contexto tornava-se mais inalcançável, contentando-se apenas aos asilos, hospitais e instituições de caridade geralmente



mantidos pela Igreja. No Brasil Imperial esse contexto começou a ser modificado pela criação do Instituto de meninos com deficiência visual – o atual Benjamim Constant – e o Instituto Surdos e Mudos em 1857.].

Apesar de ter sido umas das primeiras institucionalizações, percebemos a problemática que essas instituições possuem. Essas instituições causavam as segregações, sendo privados dos ambientes educativos os tornando marginalizados perante a sociedade, a partir do apontamento e da insatisfação do dito “normal” e “anormal” as instituições começaram a integrar-se de maneira parcial. Complementando, acrescentam que por se reconhecer que a pessoa com deficiência, sujeito da Educação Especial, historicamente, esteve à margem do acesso aos direitos sociais, em particular do direito à educação.

Assim, na Constituição de 1988, no “Art. 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho...”. A educação é uma garantia do governo à população brasileira, porém como podemos observar há muitas falhas na mesma, quando olhamos na perspectiva de pessoas que possuem algum tipo de transtorno ou deficiência fica mais nítidos essas falhas. Neste ponto, de acordo com o decreto nº5.296 de 2004 que estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a maioria das escolas não possuem um aparato adequado para pessoas com alguma comorbidade, geralmente não há comunicação através da linguagem de sinais, nem com o braille e não há acompanhamento adequado e as vezes não possui para quem sofre com alguns transtornos.

A educação Especial é uma modalidade de ensino de oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Constitucionalmente, está estabelecido que essa modalidade não substitui a escolarização comum e deve ser ofertado o atendimento educacional especializado em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente, nas redes públicas de ensino (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2023).

De acordo com a Proposta Curricular da Educação Especial da Rede pública Municipal de Educação de São Luís, a Educação Especial é obrigatória e responsabilidade dos órgãos públicos, não deve substituir o ensino regular possui um caráter complementar buscando atender estudantes com deficiências os incluindo na sociedade como meio de busca de igualdade.

Para isso, é necessário que os professores sejam devidamente capacitados, além de ser necessária a capacitação dos demais profissionais da educação, todo esse conjunto é necessário para uma organização pedagógica que atenda a individualidade de cada estudante. Assim, pode-se evidenciar que os centros acadêmicos cada vez mais têm se preocupado com os profissionais de educação que estão sendo formados, tanto a Universidade Estadual do



Maranhão (UEMA), quanto a Universidade Federal do Maranhão tem colocado cada vez mais em seus currículos disciplinas que irão conscientizar e dar uma prévia preparação para a realidade docente, principalmente no Curso de Pedagogia (Carvalho; Souza, 2015).

Partindo da premissa que o professor deve ser devidamente preparado para determinadas situações podemos acrescentar a importância da formação continuada além da formação inicial.

Assim, o docente poderá buscar caminhos de valorização de suas vivências e experiências, possibilitando-lhe, em parceria com outros professores, efetivar uma metodologia interdisciplinar, discutindo a relação entre os saberes profissionais, a experiência, a criatividade e a reflexão crítico-científica a respeito de evolução humana e dos artefatos tecnológicos(Oliveira, 2013, p.4).

Em toda sua formação o professor deve buscar estar preparado para diversas situações que irão lhe acompanhar durante sua jornada por isso é necessário buscar estratégias para garantir uma boa comunicação no ensino-aprendizagem (Bridi, 2011). Dessa maneira, como aponta Oliveira (2013) os professores em parceria construiriam um espaço interdisciplinar para garantir a equidade e aprimorar a criatividade construindo um espaço de avanço na educação. Observando esse fato vemos como a formação continuada é importante e como a Plataforma Digital – Observatório – pode contribuir nesse processo.

A partir disso, veremos como a Educação Especial é importante para a formação dos indivíduos que possuem e daqueles que convivem com tais situações e como há importância desse ensino ser propagado, nesse caso através da Plataforma Digital.

A classificação quanto ao tipo de material/suporte e espécie de fonte para a pesquisa histórica veio se modificando como tempo devido, por um lado, às novas posturas teórico-metodológicas no campo da pesquisa, e, por outro, à evolução tecnológica que faz surgir novos suportes da informação, consubstanciando-se na fórmula informação + suporte = a novos documentos como fontes para a pesquisa, com uma das suas mais presentes ferramentas: o computador (Bonato.2004, p.94).

Do mesmo modo que as fontes vêm modificando de acordo com o tempo, devemos notar que as mudanças das fontes impactam diretamente os locais onde serão encontradas, como há muitos arquivos digitais a proposta mencionada preocupa-se em facilitar para os professores, alunos, universitários e demais grupos acadêmicos, as instituições e outros interessados a busca sobre arquivos que envolvem as temáticas. Buscando sempre o melhoramento, acessibilidade e agilidade das pesquisas futuras.

Portanto, consideramos que o desenvolvimento da tecnologia atinge de tal modo as formas de vida da sociedade e que a escola não pode ficar à margem dessa mudança. Não se trata tão somente da implantação de novos projetos, mas de entender como podem ser criadas formas de comunicação, novos estilos de trabalho, novas maneiras de ter acesso ao conhecimento e de produzi-lo (Oliveira, 2013, p. 5).



Reforçando o que foi dito anteriormente o autor relaciona as novas tecnologias a escola, entendemos a relevância de inseri-la no ambiente escolar, trazendo para realidade docente e do aluno novas formas de enxergar o mundo e entendê-lo, além do mais produzir novos conhecimentos.

Como aponta Macêdo, Shintaku e Maricato (2020), observatórios podem ser definidos como ambientes favoráveis para apreciação de uma determinada área, depósito de informações de determinada temática permitindo propostas e recomendações sobre o tema, o transformando em um abrangente ciclo de gestão de conhecimento. Assim, trazendo para a proposta de observatório de práticas da Educação Especial, como já foi apontado, é de relevância para o combate as dificuldades que rodeiam a causa e para a construção de diálogos que contribuem para a igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a catalogação do mapeamento das produções acadêmicas e de variadas fontes a respeito da Educação Especial podemos observar que há um número considerável de produções a respeito da temática em questão, mas quando especificamos ao estado do Maranhão diminui consideravelmente apesar de haver instituições acadêmicas e órgãos que levam a discursão esse tipo de temática.

As fontes encontradas surpreenderam devido a pouca quantidade, nos levando a pensar como uma realidade tão presente no nosso estado tem poucas pesquisas direcionadas ao mesmo, lembrando que pesquisas de modo geral é facilmente encontrada, o que nos dá esperança de um futuro com equidade e responsabilidade.

Na procura por fontes, temos um conhecimento prévio de como o Maranhão tem se comportado no enfrentamento da desigualdade para pessoas portadoras de alguma deficiência. Vemos arquivos governamentais, estaduais, municipais, dissertações de mestrado e pós-graduação, periódicos, livros, monografias e artigos. Dentre esses arquivos vemos produções destinadas a alguns municípios maranhenses, dentre eles: Caxias, Grajaú, Timon, São Luís, Imperatriz, Porção de Pedra, Codó, Magalhães de Almeida. As produções são mais centralizadas à capital maranhense, de todos encontrados estavam mais vinculados à São Luís e os demais eram sobre o estado de maneira Geral.

De acordo com São Luís (2023), a Prefeitura Municipal de São Luís, por meio da Secretaria de Educação da área de Educação Especial, compreende que toda rede tem o eixo



desencadeador de sua política de Educação, os princípios e os fundamentos da Educação Inclusiva, assim, colocando como prioridade seus serviços e medidas para a promoção da acessibilidade, para viabilizar o acesso a permanência promovendo um aprendizado de qualidade a todos. Além disso, o plano mostrado pela Prefeitura de São Luís destaca que a atenção a esses estudantes deve ser garantida em cada fase da sua vida escolar respeitando a singularidade de cada caso, no seu documento analisado de maneira prévia ressalta que a educação deve ser tratada como um processo que deve ser coerente com a realidade e essa realidade remete as particularidades no processo ensino-aprendizagem.

Carvalho e Moraes (2015) ressaltam, que a Educação Especial maranhense tem acompanhado o movimento nacional de expansão e fortalecimento da inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial. Porém, como destaca as autoras, permanecem os desafios que precisarão ser enfrentados para uma melhoria na qualidade e na ampliação da acessibilidade desse ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado durante todo trabalho, a educação é direito garantido a todos pela Constituição, a partir disso, levantou-se a questão se essa educação estava mesmo sendo uma realidade para as pessoas que possuem alguma deficiência ou comorbidades. Foi traçada uma rota de investigação a respeito dessa temática com autores para fundamentar tais ideias.

A partir do que foi exposto, a pesquisa tem como objetivo central promover um espaço de facilitação para pesquisas que irão seguir esse tema, através da Plataforma Digital – Observatório – perceberemos a preocupação em um lugar de acessibilidade a produções de cunho acadêmico no Estado do Maranhão. A partir disso, acreditamos que o Observatório e os mapeamentos terão relevância para o meio acadêmico, para a construção da formação docente, para a facilitação de debates e contribuir para políticas, acrescentando que poderá ampliar e agilizar debates em construção contribuindo para uma linha de enfrentamento da Educação Inclusiva no estado do Maranhão.

Ao voltarmos para a metodologia, foi utilizada uma abordagem qualitativa. Observando o presente trabalho estava sendo levantados mapeamentos sobre as produções e questões voltadas à Educação Especial no Maranhão, a primeiro momento como foi previsto no cronograma, priorizamos o mapeamento das fontes que foram utilizadas na Plataforma.

Assim, após a compilação de todos os dados iniciamos a construção do site, começamos pela parte estrutural do site e o preenchimento do Observatório na Plataforma Digital, logo



após foram adicionadas as interações, adoção de cores, estilos e fontes, a inserção de imagens da logo marca dos colaboradores do projeto em questão. Por fim, com a disponibilização e divulgação esperamos que a Plataforma amplie as discussões, divulgue e beneficie ações sobre Educação Especial no Maranhão.

REFERÊNCIAS

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Formação continuada em Educação Especial: o atendimento educacional especializado.** Revista do programa de Pós-Graduação - Mestrado, Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187 - 199, Jan./Jun. 2011.

SOUSA, Helayne Santos et al. **Educação inclusiva no ensino superior: uma análise da acessibilidade na universidade estadual da região Tocantina do Maranhão.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 8, p. 54780-54792, 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisa científica.** In: GERHARDDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

FRAGA, Lisandra Mendes. **A institucionalização da educação de pessoas com deficiência visual no estado do Maranhão.** XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Natal/RN, 2014.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS (Maranhão). **Educação Especial: Proposta curricular da Educação Especial da rede pública municipal de Educação de São Luís-MA.** São Luís: [s. n.], 2023.

CARVALHO, Mariza; SOUZA, Andrea. **Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva e os planos de Educação.** Educação e Fronteiras On-line, Dourado-MS, v.5, n.14, p. 73-83, maio/ago. 2015.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **O Uso das Fontes Documentais na Pesquisa em História da Educação e as Novas Tecnologias.** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jul./dez. 2004.

MACÊDO, Diego José; SHINTAKU, Milton; MARICATO, José de Melo. **Observatórios: reflexões sobre os conceitos e aplicações em Ciência, Tecnologia, Inovação relações com a Ciência da Informação.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 17, p. 1-21, 2020.

CARVALHO, M. B. W. B. de; MORAES, L. C. S. de. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MARANHÃO: EM DISCUSSÃO PROPOSTAS E AÇÕES.** Revista Cocar, [S. l.], n. 1, p. 249–270, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/627>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

OLIVEIRA, C. A. R. de. **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar,** de Gláucia da Silva Brito e Ivonélia da Purificação. Texto Livre, Belo Horizonte-MG, v. 6, n. 1, p. 3–5, 2013.



DOI: 10.17851/1983-3652.6.1.3-5. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16625>. Acesso em: 23 ago. 2024.